

# O ESTIGMA DA ELETROCONVULSOTERAPIA

## Resumo

A Eletroconvulsoterapia é uma forma de tratamento segura e eficaz, porém cercada de mitos e preconceitos errôneos. Tais idéias são fruto de estigmas antiquados e ignorância, perpetuados por certos grupos motivados por interesses particulares. A educação é a melhor forma de reverter este quadro e ampliar o uso desta ferramenta.

**Palavras Chave:** Eletroconvulsoterapia, Estigma, Educação Médica

## Introdução:

A palavra “Estigma” pode ser definida como “aquilo que é considerado indigno, desonroso; vergonhoso”. Tal definição é bastante adequada para descrever a visão de muitos acerca da Eletroconvulsoterapia, ou ECT. No entanto, tal conceito é, essencialmente, produto da ignorância em relação à natureza deste tratamento<sup>1</sup>, bem como, em vários casos, de má fé. A eletroconvulsoterapia é tão cercada de preconceitos e estigmas, que “70 anos depois de ter sido aplicada pela primeira vez, o eletrochoque continua sendo uma das terapias médicas mais polêmicas de todos os tempos”<sup>2</sup>.

## Eletroconvulsoterapia: mitos e fatos

Parte desta polêmica advém do fato de que a terapêutica em questão une conceitos previamente atrelados a estigmas e a concepções equivocadas, tais como o uso da eletricidade como forma de tratamento, crises convulsivas e a própria doença mental.

Não é segredo para aqueles que atuam junto à psiquiatria que pacientes portadores de patologias desta natureza ainda carregam um pesado fardo de preconceitos e discriminações infundadas por parte de grande parcela da sociedade<sup>3</sup>, e, portanto não é surpreendente que um tratamento voltado especificamente para este público, em especial quando utilizado em casos graves ou refratários

ao tratamento como é o caso da ECT, atraia certa estranhamento por parte do público leigo.

Menos conhecido pelos psiquiatras, no entanto, é o fato de que os fenômenos do tipo Grande Mal, pedra fundamental da ECT, também carregam um pesado estigma junto à população. Historicamente, esta patologia já foi associada a fenômenos místicos e sobrenaturais e seus portadores isolados ou banidos. Atualmente, cerca de 25% dos pacientes portadores de Epilepsia se sentem vítimas de preconceitos<sup>4</sup>, embora exista uma tendência de melhora na percepção leiga acerca desta doença. Desta forma, não é de se surpreender que um tratamento que desencadeie intencionalmente crises convulsivas seja visto, no mínimo, com suspeita pela população geral.

A questão do uso da eletricidade como forma de tratamento é mais obscura, e parece estar relacionada a certas questões históricas e culturais. É curioso observar que outras formas de tratamento envolvendo eletricidade, tais como a cardioversão elétrica, não parecem estar relacionadas a percepções negativas, pelo contrário – a mídia está repleta de descrições heróicas, ainda que muitas vezes pouco realistas, deste procedimento.

No entanto, a eletroconvulsoterapia ainda é tida por muitos como um método primitivo e brutal, no qual o estímulo elétrico é um agente doloroso<sup>5</sup>. É possível que o pano de fundo cultural esteja de certa forma relacionada com esta caracterização. Em populações norte-americanas, por exemplo, parece haver certa associação entre a ECT e a execução por “cadeira elétrica”<sup>6</sup>, enquanto que países com histórico recente de regimes ditatoriais opressores, como é o caso de muitos estados Latino – Americanos, podem associá-la com métodos de tortura e interrogatório que utilizam choques elétricos como ferramenta de coerção freqüentemente empregada por órgãos de repressão.

Além destes fatores, cabe mencionar que o próprio histórico da eletroconvulsoterapia pouco contribui para sua imagem<sup>5</sup>. Quando de sua origem no final da década de trinta, as técnicas anestésicas e de monitoração de funções vitais ainda eram pouco



## SÉRGIO PAULO RIGONATTI, ERIC CRETAZ e EDUARDO WAGNER ARATANGY

*Instituto de Investigaciones Psiquiátricas (Fundación M<sup>a</sup> Josefa Recio), Bilbao, España.*

desenvolvidas e os riscos envolvidos em seu uso eram muitas vezes maiores do que os eventuais benefícios de sua incorporação neste tipo de procedimento. A partir da década de setenta, com o desenvolvimento de drogas de meia-vida curta e de aparelhos de suporte vital mais adequados, o uso da anestesia na ECT tornou-se disseminado, aumentando o conforto e a segurança dos pacientes. Por outro lado, na década de quarenta e no início da década de cinquenta ainda não existiam alternativas farmacológicas eficazes para o tratamento das patologias psiquiátricas, e, portanto o uso da Eletroconvulsoterapia difundiu-se rapidamente, e em certas ocasiões este método foi utilizado com indicações no mínimo questionáveis e em condições inadequadas mesmo para a época. É provável que este uso precoce e disseminado da ECT tenha alimentado muitos dos conceitos equivocados que permanecem até hoje.

A mídia leiga pouco ajuda a dissipar tais concepções errôneas. Estudos que averiguaram a percepção pública em relação à ECT demonstraram que a fonte mais freqüente de informação acerca deste tema na população geral são meios de comunicação de massas como filmes e televisão<sup>7</sup>. Estes, por sua vez, tendem a perpetuar descrições negativas, fantasiosas e infundadas em relação a este procedimento<sup>8</sup>. Filmes como “Um Estranho no Ninho” de 1975 e o mais recente “A Troca” de 2008 são emblemáticos. Ambos são descritos como “baseados em fatos reais” e caracterizam a eletroconvulsoterapia como uma forma de punição utilizada em hospitais psiquiátricos contra pacientes que não acatam as regras dos serviços, sendo utilizada apenas após episódios de heteroagressividade contra a equipe assistencial, em indivíduos indevidamente internados. Vale ressaltar que no caso do filme “A Troca” a história se passa na década de 20, quando a eletroconvulsoterapia sequer havia sido criada!

Outras formas de comunicação parecem ser mais heterogêneas em suas retratações da ECT. A literatura, por exemplo, está repleta de descrições positivas do método, embora opiniões negativas sejam igualmente freqüentes<sup>9</sup>. Artigos recentes publicados em jornais e revistas tendem a fornecer informações obtidas junto a fontes capacitadas, embora também abram espaço para grupos movidos por agendas próprias e que de forma geral condenam esta terapêutica.

Considerando as retratações da Eletroconvulsoterapia na mídia, não surpreende o fato de que a população leiga nutra uma opinião de forma geral negativa acerca desta ferramenta terapêutica<sup>5</sup>. Embora não existam na literatura médica dados acerca da visão do brasileiro a este respeito, é plausível supor que alguns achados de estudos estrangeiros sejam válidos também para esta população.

De forma geral, estes trabalhos comprovam que a exposição a descrições tendenciosas da ECT tendem a perpetuar mitos infundados<sup>6</sup>, tais como a idéia de que é um tratamento cruel e ultrapassado, que causa danos irreversíveis à memória e à identidade pessoal daqueles a ele submetido e que seu uso está relacionado à punição dos pacientes. Por outro lado, indivíduos com maior escolaridade, de idade mais avançada e que tiveram contato com pacientes submetidos à eletroconvulsoterapia tendem a demonstrar opiniões favoráveis ao método<sup>6</sup>.

Infelizmente, a visão negativa do público leigo acerca da ECT tende a influenciar seus representantes políticos e legisladores, o que por sua vez leva a empecilhos à sua prática clínica. Por exemplo, na Itália, ironicamente o berço da eletroconvulsoterapia, o Ministro da Saúde promulgou um édito para a indicação da ECT, restringindo sua aplicação a certas indicações restritas e descrevendo sua eficácia como “limitada e questionável”<sup>10</sup>. Outro exemplo é a regulamentação sobre a ECT exercida no estado do Texas (EUA)<sup>11</sup>, onde as autoridades estaduais têm de ser notificadas acerca de todos os pacientes submetidos a este tratamento, assim como todas as mortes de pacientes ocorridas até quarenta e oito horas após uma aplicação, relacionadas ou não ao evento. No Brasil, desde o ano de 2002 o uso da anestesia geral é obrigatório, sendo esta a única restrição ao seu uso, porém infelizmente o Sistema Único de Saúde (SUS) não remunera o procedimento, restringindo seu acesso a uma pequena parcela da população. Tentativas recentes de incluir a eletroconvulsoterapia no rol de procedimentos custeados pelo SUS foram rechaçadas pelo poder legislativo, e não há perspectiva de mudança em curto prazo.

É importante mencionar a existência de Lobbies, grupos de interesses específicos que tentam mobilizar a sociedade em favor de suas causas, as quais muitas vezes são apenas uma fachada para motivações pouco nobres. A psiquiatria parece atrair um número considerável destes Lobbies, pelos motivos mais variados, e muitos destes grupos fazem da difamação da Eletroconvulsoterapia uma de suas principais plataformas. Tais grupos esforçam-se a perpetuar mitos e inverdades acerca desta forma de tratamento, muitas vezes de forma dramática e sensacionalista, o que infelizmente tende a atrair a atenção da população em geral, alimentando medos infundados e promovendo seus próprios interesses, sejam eles de natureza econômica, política ou social.

Surpreendentemente, os preconceitos e estigmas contra a ECT também são encontrados nos meios médicos e acadêmicos<sup>7, 12</sup>. Estudos indicam que estudantes de medicina tendem a possuir opiniões similares ao do público leigo, sendo suas fontes de informação mais citadas as mesmas da população geral, ou seja, a tele-

# ARTIGO //

por **SÉRGIO PAULO RIGONATTI,**  
**ERIC CRETAZ e EDUARDO WAGNER**  
**ARATANGY**

# ARTIGO

visão e o cinema. Residentes de psiquiatria, por outro lado, tendem a demonstrar opiniões positivas sobre este tema, provavelmente por terem sido expostos ao procedimento e a informações confiáveis durante sua formação. Infelizmente, isto leva a crer que a maioria dos médicos que exercerão outras especialidades provavelmente tenderão a perpetuar conceitos equivocados quanto à eletroconvulsoterapia, reforçando assim o estigma que paira sobre o assunto.

Como proceder para mudar este panorama pouco animador? A forma mais eficaz de combater qualquer forma de preconceito é a educação, e no caso da Eletroconvulsoterapia não pode ser diferente. Se por um lado existe um volume incontestável de informações acerca dos benefícios da ECT, por outro lado o acesso a estes dados é de forma geral restrito a uma pequena minoria que se dedica ao estudo e a prática desta modalidade terapêutica. Informações acerca da real natureza da Eletroconvulsoterapia, de seus benefícios e de seus eventuais riscos, devem ser disponibilizadas de forma clara e compreensível ao público geral, fomentando o debate informado. Já que impedir a veiculação de inverdades acerca deste método não é apenas impossível, como também moralmente incorreto, a população deve ser educada a respeito do tema, para que cada indivíduo possa pesar os argumentos e formar sua própria opinião. Por outro lado, é preciso aprimorar a formação médica acadêmica, fazendo com que estudantes de medicina tomem conhecimento desta técnica, de suas indicações, seus benefícios e seus efeitos adversos, independente da especialidade que venham a seguir, para que por sua vez possam transmitir estes conhecimentos a seus pacientes quando solicitados.

## Conclusão:

Nas palavras do psiquiatra e pesquisador Richard Abrams, a despeito dos enormes avanços das neurociências desde o seu surgimento em 1938, "a Eletroconvulsoterapia é o tratamento que não morrerá"<sup>13</sup>. Pelo contrário, nas últimas décadas seus mecanismos tem sido estudados com afinco e seu uso aperfeiçoado. Trata-se de uma ferramenta importantíssima do arsenal terapêutico da psiquiatria moderna. Desta forma, seu uso não deve ser restringido por conceitos equivocados, calcados na ignorância, e sim promovido como a forma de tratamento eficaz e segura que ela é.

## Referências

1. Endler NS, Persad E, Electroconvulsive therapy: the myths and the realities. Toronto: Hans Huber, 1988.
2. Zorzetto R. título matéria. Revista de Pesquisa FAPESP, 31:42-7, 2007.
3. Kaplan, Sadock, Benjamin. Tratado de Psiquiatria. 6ª edição. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.
4. Bandstra NF, Camfield CS, Camfield PR. Stigma of epilepsy. Can J Neurol Sci. 2008 Sep;35(4):436-40
5. Abrams R. Electroconvulsive Therapy. Fourth Edition, Oxford University Press. 2002.
6. Dowman J, Patel A, Rajput K. Electroconvulsive Therapy - Attitudes and Misconceptions. Journal of ECT, Volume 21, Number 2, June 2005
7. McFarquhar TF, Thompson J. Knowledge and Attitudes Regarding Electroconvulsive Therapy Among Medical Students and the General Public. Journal of ECT 2008; 24: 244-253
8. McDonald A, Walter G. The Portrayal of ECT in American Movies. The Journal of ECT, 17(4):264-274, 2001
9. Walter G, Fisher K, Halter A. ECT in Poetry. The Journal of ECT 18(1):47-53, 2002
10. Simini B. Electroconvulsive therapy is restricted in Italy. Lancet (Policy and people), 353:993, 1999. Shiwach RK, Reid WH, Carmody TJ. An Analysis of Reported Deaths
11. Following Electroconvulsive Therapy in Texas, 1993-1998. Psychiatric Services, August 2001 Vol. 52 No. 8
12. Clothier JL, Freeman T, Snow L. Medical Student Attitudes and Knowledge About ECT. The Journal of ECT, 17(2):99-101 © 2001
13. Abrams R. The treatment that will not die. Psychiatric Clinics of North America, 17:525-30, 1994.